

A anistia de Bolsonaro

Se não havia trama golpista, vai-se anistiar o quê?

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encoberta"

A manifestação convocada por Jair Bolsonaro para a avenida Paulista mostrou o vigor de sua liderança política. Quem esteve lá informa que havia até mesmo cordialidade no ambiente. O Bolsonaro de 2024 pretende ser diferente de todos os anteriores: "O que eu busco é a pacificação, é posicionar-me na borraça no passado. É buscar uma maneira de nós vivermos em paz, não continuarmos sobressaltados". E, ou seria, um novo e bem-

vindo Bolsonaro. Dando um passo adiante, ele falou em "conciliação": "É, por parte do Parlamento brasileiro, uma anistia para aqueles pobres cidadãos que estão presos em Brasília. Nós não queremos mais que seus filhos sejam filhos de pais vivos. A conciliação, é posicionar-me na borraça no passado. É buscar uma maneira de nós vivermos em paz, não continuarmos sobressaltados". E, ou seria, um novo e bem-

em nosso Brasil".

No mesmo ocasião, ele ressaltou que não pretende beneficiar quem vandalizou prédios no 8 de janeiro. Sobram aqueles que pretendiam amarrar o resultado da eleição em que Lula o derrotou.

Bolsonaro diz que não houve trama golpista. Se não houve, que se precisa é de Justiça, incluindo quem nada tramou. Se houve, como os fatos estão mostrando, trata-se de uma anistia preventiva que, pela

lógica, haveria de beneficiá-lo.

No discurso da Paulista, as palavras "pacificação", "conciliação" e "anistia" foram meros adornos. No conjunto, Bolsonaro é o mesmo de sempre, messiânico em benefício próprio. A anistia que ele propõe, como a que a esquerda defendia em 1965, pressupõe a capitalização de quem a concede.

A anistia assinada em 1979 pelo general João Figueiredo veio seis anos depois de último atentado do surto ter-

rista iniciado nos anos 60. Foi produto da exaustão, mas o regime não capitulou com ela. Num caso de anistia quase instantânea, em 1965 Juscelino Kubitschek anistiou militares que, meses antes, haviam sequestrado aviões, interagindo-se na Amazônia. Em todos os casos, as anistias vieram junto com a deposição das armas pelos rebeldes. Assim foi desde as anistias oferecidas por Cassius no Império.

Aceitando-se a proposta de conciliação de Bolsonaro, anistia-se a injúria golpista do 8 de janeiro, "os pobres cidadãos", e, por extensão, livre-se o Estado-Maior do golpe, cujos fios soltos a Polícia Federal vem pursuing. Astuciosamente, a anistia congelaria as investigações. Nenhuma anistia foi preventiva.

A Conciliação patrocinada por Tancredino Neves veio da

cultura histórica e da compreensão que ele tinha da realidade de política. Mesmo tomando-se as anistias de JK, ele deu ao país o seu sorriso e grandes sonhos. Bolsonaro é de outra difícil e sua percepção da política nacional é primitiva. Mostrou isso tanto como deputado do baixo clero oposicionista, como presidente da República. Fulando na avenida Paulista, houve-se tanto como presidente quanto como deputado "muitas vezes, discursando para as paredes".

A manifestação da Paulista mostrou o vigor político do ex-capitão, mas sua proposta de pacificação tem pouca base, com objetivos puramente utilitário. Apesar de tudo, dando-lhe o benefício da dúvida, amanhã será outro dia e o modelo Bolsonaro Petz e Amor precisará mostrar outras cartas.

| DOM: Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG: Deborah Bizarri, Camila Rocha | TER: Joel Pinheiro da Fonseca | QUA: Elio Gaspari | QUINT: Conrado H. Mendes | SEX: Marcos Augusto Gonçalves | SÁB: Demétrio Magnoli

TSE regulamenta IA em eleições e proíbe o uso de deepfakes

Corte também decide que candidato indígena terá cota de fundo e de tempo na TV

Constância Rezende

BRASILIA O TSE (Tribunal Superior Eleitoral) definiu, nesta terça-feira (27), a regulação do uso da inteligência artificial nos contextos eleitorais e a vedação absoluta do uso de deepfakes na propaganda eleitoral, já para as eleições de 2024. A proposta foi feita pela relatora, ministra Cármen Lúcia, e aceita pelos ministros. Ela estabeleceu que a inteligência artificial será feita com exigência de rótulos de identificação de conteúdo sintético multimedial. A utilização de IA poderá acarretar a cassação do registro e mandato. Também ficou restrito o uso de chatbots e avatares para intermediar a comunicação da campanha, que não poderá simular interlocução com pessoa candidata ou outra pessoa real. A ministra justificou que

não se quer "um eleitor chipado, que se põe um chip e ele fica vivendo a ilusão de que aquilo é o exercício da liberdade do voto". Sobre a vedação de deepfakes, foram exemplificados o conteúdo sintético em formato de áudio, vídeo ou combinação de ambos, que tenha sido gerado ou manipulado digitalmente. Esses casos serão proibidos, ainda que mediante autorização, para criar, substituir ou alterar imagem ou voz de pessoa viva, falecida ou fictícia, que não pode ser usado para prejudicar ou para favorecer candidatura. O ministro Alexandre de Moraes, presidente da corte, elogiou a medida, mas disse que já estará aposentado quando for implementada "para a felicidade de muitos". Sua excelência terá que combater com todo o plenário, combater as fake news e as mídias digitais anodizadas pela inteligência artificial.

Moraes citou que o problema já ocorreu nas eleições da Argentina, em que foram divulgados vídeos transformados de falsos com perfecção, inclusive de movimentos labiais. Isso pode acarretar um problema gigantesco, até mudar o resultado das eleições. Por isso, a importância de caracterizar o abuso de utilização dos meios de comunicação. Além da inclusão da vedação a comportamentos e discursos de ódio, fascista, racista, ameaças à democracia", afirmou. O ministro também afirmou que a resolução que vai dar os instrumentos necessários para a Justiça Eleitoral para combater "as famosas mídias digitais que vêm se utilizando e vão se utilizando de fake news, mas também de inteligência artificial".

"Também vai garantir ao eleitor que chegue a ele todo tipo de informação, mas não essa informação deturpada, críminosa, essa informação que pretende selar a escolha livre do eleitor", disse. O TSE também decidiu nesta terça que candidatos indígenas devem ter cotas na distribuição do fundo eleitoral de seus partidos e no tempo de propaganda eleitoral gratuita na TV e rádio. Também devem seguir a exata proporção e respeitados os percentuais de gênero nos mesmos meios estabelecidos às pessoas negras. Ainda não há definição se a nova regra já valerá para as eleições municipais de 2024, o que ainda será avaliado pela área técnica da corte. A presidência do TSE ainda realizará os estudos de impacto necessários para a regulamentação e análise da possibilidade de implantação para as eleições de 2024 ou 2026, em face do calendário eleitoral. O ministro Kassio Nunes Marques, relator do caso, sugeriu o critério da autodeclaração. A consulta sobre o tema havia sido feita pela deputada federal Célia Xakriabá (PSOL-MG).

A parlamentar questionou se era possível estender a cotas de gênero e de raça a integrantes dos povos originários, a fim de que o dinheiro seja distribuído de forma proporcional ao número de candidatos indígenas de um partido. A ideia de estabelecer uma cota para o grupo era fortalecer candidatos indígenas que fazem campanha e passam votos para as suas legendas, mas têm menos recursos e tempo de propaganda em comparação a outros correligionários. "Mas entendimento é o sentido de que as populações indígenas devem ser garantidos os mesmos direitos reconhecidos em favor das pessoas negras por meio da multicitada constituição. Em outras palavras, as candidaturas indígenas devem ser distribuídas nos recursos públicos e de tempo de propaganda eleitoral no rádio e na TV na exata proporção de sua representação no Brasil", afirmou. O colaborador disse ainda que os pagamentos foram feitos a partir de um percentual do faturamento da OAS nas obras realizadas em Minas Gerais.

STF arquiva inquérito da Lava Jato sobre suposto repasse a Aécio Neves

BRASILIA A Segunda Turma do STF (Supremo Tribunal Federal) arquivou nesta terça (27) um inquérito oriundo da Operação Lava Jato contra o deputado federal Aécio Neves (PSDB-MG) que apurava suposta corrupção passiva.

Ele era investigado por suspeita de recebimento de repasses de propina da OAS de 2012 a 2014. O inquérito tinha sido aberto em 2020 pela PGR (Procuradoria-Geral da República) a partir da delação premiada de Léo Pinheiro, ex-presidente da empreiteira. Pinheiro afirmava que os pagamentos teriam sido feitos a Aécio entre relativos a seu último ano como governador de Minas Gerais, em 2010, para aumentar a presença da empresa em obras no Estado. O colaborador disse ainda que os pagamentos foram feitos a partir de um percentual do faturamento da OAS nas obras realizadas em Minas Gerais. O Supremo decidiu pelo arquivamento a partir de uma questão de ordem do ministro Gilmar Mendes, a pedido da defesa, sob a justificativa de que não há indícios mínimos que sustentem a investigação. Gilmar entendeu que, em razão do tempo decorrido desde a instauração do inquérito, não há motivo para a continuidade das investigações, o que violaria a duração razoável do processo. Votaram com Gilmar os ministros André Mendonça, Kassio Nunes Marques e Dias Toffi. Edson Fachin se manifestou a favor do envio do inquérito para a Justiça Federal de Minas Gerais. Procurada, a defesa do ex-governador de Minas Gerais afirmou que "mais um inquérito contra o deputado foi arquivado, demonstrando, mais uma vez, a covardia e falsidade das acusações feitas contra o parlamentar". Essas falsas acusações são requisições de uma época em que o Estado democrático do Direito brasileiro foi atacado e ameaçado pelo projeto pessoal de poder de alguns membros de alguns partidos políticos, que lançaram denúncias indevidas contra as lideranças de diversos partidos políticos do país", afirmou, por meio de nota, os advogados Alberto Toron e Luiz de Oliver. JM

Dino diverge de Zanin em sua 1ª sessão e vota contra arquivar ação sobre propina

José Marques

BRASILIA Em seu primeiro voto em uma sessão presencial no STF (Supremo Tribunal Federal), nesta terça-feira (27) o ministro Flávio Dino se manifestou contra o arquivamento de uma ação que acusa um advogado de exploração de prestígio e lavagem de dinheiro em ação na qual também foram denunciados um juiz federal aposentado e ex-assessores da Justiça. O caso foi levado para julgamento na Primeira Turma do Supremo, composta por cinco ministros. Dino votou com Cármen Lúcia e Alexandre de Moraes contra o arquivamento e de sempronio o caso, que teve um placar de 3 a 2. Ele teve um posicionamento diferente de Cristiano Zanin, também indicado pelo presidente Lula (PT) ao Supremo no ano passado, e de Luiz Fux, ministros que se manifestaram a favor de trancar a ação. Ao votar, Dino afirmou que houve na acusação "indícios de corroboração" da delação premiada que deu origem às investigações relacionadas ao caso. Ele também disse que sua decisão preserva o entendimento das cortes inferiores, que decidiram a favor da con-

tinuidade da ação. "O Supremo tem este nome eloquente, mas nós tivemos decisões do TRF-5 [Tribunal Regional Federal da 5ª Região] e do STJ [Superior Tribunal de Justiça] no sentido de reconhecimento da justa causa e de requisitos", afirmou Dino. O advogado é suspeito de ter sido um operador de propinas para supostamente influenciar votos do TRF-5, que é sediado em Pernambuco. O esquema investigado envolve suspeitas de pagamentos de propinas que teriam como destinatários magistrados para que eles dessem votos a favor de um ex-diretor do Instituto de Pesos e Medidas do Rio Grande do Norte. A defesa do advogado disse que não houve crime de exploração de prestígio e que a suposta lavagem de dinheiro vivia, na verdade, de seus trabalhos lícitos na advocacia. Por isso, não haveria delito. Apesar de ser o primeiro voto de Dino em uma sessão presencial, o ministro, que também possui no último dia 26, já votou em outras ocasiões de forma virtual desde então. O primeiro voto do ministro foi nesta sessão de 12 de novembro, quando ele votou em um processo que discute se há vínculo de emprego entre um motorista e a Uber. Ele foi favorável em trans-

formar o tema em repercussão geral, quando a decisão se tornou vale para todos os processos com o mesmo assunto. Decisão do TST (Tribunal Superior do Trabalho) reconheceu o direito à carteira assinada do prestador de serviços, e agora o STF vai definir se o recurso extraordinário da Uber contra a medida vale para todos os demais casos do tipo no país ou não. Dino foi o segundo a se manifestar sobre o caso. Ele acompanhou o ministro Edson Fachin, relator do caso, que já havia votado pela existência de repercussão geral. Ex-ministro da Justiça de Lula e ex-governador do Maranhão, Dino foi indicado à corte em novembro do ano passado para substituir a ministra Rosalba Weber, que se aposentou. Ele foi aprovado para o cargo pelo senadores com 71 votos a favor e 31 contra, além de duas abstenções. O ex-governador é o primeiro indicado pela corte, dentre os indicados após a redemocratização, em 1988, após o primeiro cargo do Executivo antes de compor o tribunal. Com a saída de Weber e a chegada de Dino, o STF agora tem em sua formação 12 homens e sete mulheres, a ministra Cármen Lúcia.



O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Flávio Dino durante sessão da corte nesta terça (27). Leticia Moraes/STF/STF